

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Prestação de serviços de alarme monitorado nos Fóruns Eleitorais do Estado do Paraná, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, com atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel.

1.2 - Da vigência: 30 (trinta meses), contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser rescindido ou prorrogado, nos termos da Lei nº 8.666/93.

1.3 - Código SIASG: Monitoramento: 14.826.

2 - DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

2.1 - Dos locais da prestação dos serviços: os serviços serão prestados nos Fóruns Eleitorais do estado do Paraná, conforme informado no relatório “Relação de Fóruns – Reg. 5-A e 9-A”, Anexo I A, podendo haver inclusões ou exclusões durante a vigência do contrato.

a) Item 1: Fóruns Eleitorais da Região 5-A;

b) Item 2: Fóruns Eleitorais da Região 9-A.

2.2 - Do detalhamento do objeto: os Fóruns Eleitorais que compõem cada Região foram divididos em alíneas (a e b), dependendo do serviço a ser realizado, conforme abaixo:

2.2.1 - Alínea “a” do Anexo I A - Monitoramento para Fóruns que possuem o equipamento de alarme já instalado e pertencente ao TRE: o serviço compreende a revisão da central de alarme de propriedade do TRE-PR, bem como dos componentes acessórios, já instalados, o monitoramento, o atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel e as manutenções corretivas e preventivas.

2.2.2 - Alínea “b” do Anexo I A - Monitoramento mediante locação de sistema de alarme: o serviço compreende a instalação da central de alarme e componentes acessórios de propriedade da contratada, mediante locação, o monitoramento, o atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel e as manutenções corretivas e preventivas.

2.3 - Dos serviços e equipamentos:

2.3.1 - O serviço de alarme monitorado consiste no monitoramento remoto mediante utilização de centrais de alarmes monitoradas por sensores, ligadas a central de monitoramento, bem como, vistoria de pronta resposta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta.

2.3.2 - Para atender ao item 2.2.1, a contratada deverá executar a revisão, reprogramação e configuração do sistema de alarme instalado em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do Gestor. O serviço de revisão consiste em uma inspeção ao estado geral dos equipamentos - sinais e teste de funcionamento, além da carga da bateria.

2.3.2.1 - Caso seja detectada a necessidade de conserto ou

substituição de peças, a contratada deverá emitir um laudo técnico especificando o problema, informando o custo dos serviços/peças e enviar, por e-mail, ao fiscal do contrato. O fiscal deverá realizar pesquisa junto a três fornecedores com o objetivo de confirmar se os valores informados pela contratada estão de acordo com o praticado no mercado.

2.3.2.2 - Na hipótese de não haver recuperação do bem, a contratação será continuada conforme item 2.2.2. Assim, a central, de propriedade do TRE-PR, deverá ser desinstalada por completo, ou seja, retirando todos os componentes e acessórios, tais como a central, sensores, fiações, baterias, teclado, módulo GPRS, etc. A central e seus componentes deverão ser embalados e entregues ao fiscal do contrato. Em hipótese alguma a central de propriedade do TRE deverá ser recolhida pela empresa.

2.3.3 - Para atender ao item 2.2.2, a contratada deverá fornecer todo o material necessário e instalar um kit de alarme, bem como, executar a sua configuração e programação, sem ônus para a contratante, em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do Gestor. Cada kit de alarme a ser fornecido incluirá, **no mínimo**, os seguintes componentes:

- a) 1 (Uma) Central de alarme GPRS;
- b) 1 (Um) Receptor Universal;
- c) 1 (Um) Controle;
- d) 1 (Uma) Sirene;
- e) 14 (Quatorze) Sensores Infravermelhos Passivo 30kg com Fio;
- f) 1 (Uma) Bateria Selada, compatível com a central e seus componentes;
- g) Fiação necessária.
- h) Botão de pânico FIXO (**para uso exclusivo quando necessário acionar a Polícia Militar**) - Deverá ser instalado em local determinado pelo representante do Fórum.

2.3.3.1 - Na hipótese de haver central de alarme já instalada, **que não seja de propriedade do TRE**, esta deverá ser desinstalada por completo, ou seja, retirando todos os componentes e acessórios, tais como a central, sensores, fiações, baterias, teclado, módulo GPRS, etc. A central e seus componentes deverão ser embalados e entregues ao fiscal do contrato.

2.3.4 - No caso de fornecimento de peças no decorrer do contrato, cujo custo esteja a cargo da contratante:

- a) As peças/equipamentos adquiridas da empresa contratada e substituídas no sistema terão como garantia mínima a indicada pelo fabricante e os serviços de instalação garantia de 03 (três) meses, contados do recebimento definitivo pelo gestor da contratação;
- b) A empresa deverá atender aos chamados do TRE durante o período de garantia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do comunicado do fiscal, sem qualquer ônus adicional, procedendo a substituição da peça defeituosa.
- c) Se constatado qualquer defeito/imperfeição dos equipamentos, durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar a correção no prazo de 2 (dois) dias úteis.
- d) A garantia dos equipamentos adquiridos será contra quaisquer vícios de qualidade e/ou defeito que vierem a ser constatados e que impeçam ou limitem seu uso antes do término do referido prazo.
- e) A obrigação de substituição do item coberto pela garantia será de responsabilidade da contratada, que deverá contatar o fabricante, se for o caso.
- f) Em todos os casos de entrega ou retirada dos materiais durante o período de garantia, os custos de transporte serão arcados exclusivamente pela contratada, sem qualquer ônus adicional para o TRE-PR.

2.3.5 - Das manutenções dos equipamentos de propriedade do TRE-PR (Item 2.2.1):

- a) É de responsabilidade da contratada a manutenção corretiva do sistema, bem como a substituição das peças danificadas.
- b) As manutenções corretivas, em caráter de urgência, poderão ser realizadas fora do horário de expediente quando agendadas diretamente com o responsável pelo Fórum (fiscal do contrato) e autorização.
- c) Caso haja necessidade de substituição de peças na manutenção corretiva, a contratada apresentará ao responsável do Fórum um laudo técnico, com orçamento, para as providências de aquisição.
- d) Após receber o laudo técnico, com o orçamento, o fiscal deverá verificar se corresponde ao preço médio de mercado. Após análise o TRE-PR determinará a forma de fornecimento das peças, podendo ser por remessa de material em estoque, aquisição da contratada, ou, ainda, de outras empresas do mercado.
- e) Em qualquer um dos casos de substituição, caberá à contratada providenciar os serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a aprovação da execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.
- f) Caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da contratada, esta deverá disponibilizar equipamento backup com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.
- g) No caso de aquisição de equipamentos da contratada, constatado qualquer defeito/imperfeição dentro do prazo de garantia, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do comunicado do respectivo fiscal do Fórum Eleitoral, sem quaisquer ônus adicionais à proposta.
- h) Havendo necessidade de execução de serviços não previstos no contrato, estima-se o valor de **R\$300,00 (trezentos reais)** para mão de obra durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral.
- i) Havendo necessidade de aquisição de peças e/ou componentes para reparos do sistema de alarme, estima-se o valor de **R\$500,00 (quinhentos reais)** para as peças durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral.
- j) Os serviços de manutenção — inclusos no valor mensal pago à contratada, sem implicar em qualquer cobrança adicional — compreendem:

J1) Configuração de senhas para servidores.

J2) Programação e reprogramação da Central de Alarme.

J3) Ampliação e mudança de pontos de sensores.

J4) Serviços de substituição de peças e componentes.

2.3.6 - Nas manutenções dos equipamentos de alarme locados (item

2.2.2):

- a) É de responsabilidade da contratada a manutenção corretiva e preventiva do sistema, bem como a substituição das peças danificadas.
- b) As manutenções corretivas, em caráter de urgência, poderão ser realizadas fora do horário de expediente, após comunicação ao responsável pelo Fórum.
- c) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando houver necessidade de substituição de peças, sem ônus para o contratante.
- d) Caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da contratada, esta deverá disponibilizar equipamento backup com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.
- e) Efetuar manutenção preventiva, sem ônus para a contratante, pelo menos uma vez por mês, podendo ser presencial ou online. A manutenção online deverá ser precedida de comunicação ao fiscal do contrato.
- f) Serviços de manutenção, inclusos no valor mensal pago à contratada e não que poderão ter cobrança adicional:

- f1) Configuração de senhas para servidores.
- f2) Programação e reprogramação da Central de Alarme.
- f3) Ampliação e mudança de pontos de sensores.
- f4) Substituição de peças e componentes.

2.3.7 - Utilização da linha fixa do Fórum (backup):

- a) Poderá ser utilizada a linha telefônica do Fórum somente como Backup, sem necessidade de ressarcimento, desde que seja programada a operadora contratada pelo TRE-PR.
- b) Caso haja alteração da operadora, a contratada deverá reconfigurar o sistema para a nova operadora no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do responsável pelo Fórum.
- c) Todos os valores de pulsos efetuados por outra operadora, que não a contratada pelo TRE-PR, deverão ser ressarcidos pela contratada, mesmo após a vigência do contrato.
- d) Se houver falha no chip de transmissão de dados da central telefônica ou do aparelho de transmissão via rádio frequência para a central de monitoramento, e a transmissão ocorrer via backup (linha fixa do Fórum) a contratada deverá fazer o reparo em no máximo 48 (quarenta e oito) horas.
- e) Após o prazo previsto na alínea “d”, todos os valores de pulsos e ligações efetuadas, deverão ser ressarcidos pela contratada, mesmo após a vigência do contrato
- f) Esse ressarcimento será comunicado à empresa pelo gestor, o qual enviará a GRU (Guia de Recolhimento da União) com o respectivo prazo para recolhimento aos cofres públicos.

2.4 - Do sistema de monitoramento:

2.4.1 - A central de alarme deverá permitir:

- a) A programação de senhas individualizadas.
- b) O registro eletrônico de todas as operações efetuadas pelos usuários registrados, tais como acionamento e desativação do sistema.
- c) Emitir sinal de disparo do alarme para as sirenes e para a central de monitoramento da empresa.
- d) Evitar “pontos cegos” aos sensores no ambiente (exemplo: portas e janelas)

2.4.2 - Deverá ser operada por pessoal especializado e funcionar no prédio da contratada.

2.4.3 - A comunicação da central de alarme com a unidade de operação da empresa deverá ser por via GPRS, com chip fornecido pela contratada, sem ônus à contratante.

2.4.4 - O operador do sistema deverá trabalhar em conjunto com o patrulhamento móvel, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas, incluindo sábados, domingos e feriados.

2.4.5 - O serviço de atendimento de emergência, por meio de patrulhamento móvel, deverá ser realizado por viatura caracterizada, devidamente identificada e por pessoas equipadas, treinadas e uniformizadas, com atendimento no prazo máximo de 15 (quinze) minutos do acionamento do alarme.

2.4.6 - A comprovação do atendimento de emergência deverá ser feito por controle eletrônico de ronda/visita (bastão, aplicativo, ou qualquer outro meio eletrônico ou fotográfico), que comprove a data e horário da visita, cujo relatório deverá ser enviado ao Fórum no primeiro dia útil após a ocorrência, ou quando solicitado, no prazo máximo de 2(duas) horas após a solicitação.

2.4.7 - Quando da constatação da violação das dependências monitoradas, a contratada deverá contatar a polícia local, bem como o servidor do TRE-PR responsável pelo Fórum Eleitoral, além de assegurar a inviolabilidade das dependências até a chegada do servidor responsável.

2.4.8 - Os contatos dos servidores responsáveis pelos Fóruns deverão ser obtidos diretamente nos respectivos Fóruns.

2.5 - Do recebimento dos serviços:

2.5.1 - O recebimento provisório relativo a cada cidade (de serviços, peças ou equipamentos) será realizado pelo fiscal do Fórum Eleitoral onde será feito a aquisição dos equipamentos e/ou instalação do sistema de alarme, preenchido conforme modelo de termo de recebimento provisório, anexo V, de acordo com os seguintes itens:

- a) Verificação dos equipamentos se novos e iguais ao contratado - antes da instalação;
- b) Verificação da marca dos componentes;
- c) Verificação da entrega de manuais;
- d) Verificação da aparência e funcionalidade;
- e) Verificar se todos os equipamentos (central, teclado, fiação, sensores, etc) foram desinstalados antes da instalação da nova central, SE FOR O CASO.
- f) Atesto dos serviços realizados: teste de todos os sensores; teste da senha fornecida; teste de ativação e desativação da central

2.5.1.1 - Feitas as verificações, será firmado Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal do Fórum Eleitoral, conforme modelo constante no anexo V deste Edital.

2.5.2 - O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato, de acordo com os seguintes itens:

- a) Verificação de cumprimento do prazo;
- b) Verificação do Termo De Recebimento Provisório.

2.5.2.1 - Feitas as verificações, será firmado Termo de Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato, conforme modelo padrão adotado por este Tribunal.

2.5.3 - A verificação da qualidade da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo IV).

2.6 - Da fiscalização e gestão da contratação:

2.6.1 - A fiscalização do contrato ficará a cargo dos Chefes Supervisores dos respectivos Fóruns Eleitorais e seus substitutos oficialmente designados, conforme **Portaria 987/2019-TRE-PR**, nos casos em que há mais de uma zona eleitoral no Município; e como gestor o Chefe da Seção de Segurança Institucional e seus substitutos oficialmente designados.

2.6.2 - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao Fiscal:

- a) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena

de responsabilização administrativa.

- b) Preencher o Termo de Recebimento Provisório quando da aquisição de equipamentos, substituição de peças e/ou instalação do sistema de alarme.
- c) Receber a Nota Fiscal enviada pela contratada e conferir se foi emitida com a glosa, se existir, imposta pelo Relatório de Falhas enviado para a empresa.
- d) Quando houver Processo Administrativo Digital (PAD) em trâmite colaborativo, após o recebimento da Nota Fiscal, incluir o Relatório e a Nota Fiscal, simultaneamente, no PAD e encerrar o trâmite colaborativo. Quando não houver PAD, enviar para o gestor do contrato por email.
- e) Comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.
- f) Preencher o **Relatório de Falhas** (Anexo do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), parte integrante do contrato) e enviar, por e-mail, para a contratada, **até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço**, a fim de que a contratada possa impugnar ou emitir a Nota Fiscal com o valor informado. O relatório poderá ser gerado por planilha eletrônica, ou outro meio, fornecido pelo gestor do contrato. O recesso do judiciário (art. 62, I, da Lei 5.010/66), que atualmente compreende o período de 20/12 até 06/01, não será considerado como dia útil para efeito do envio dos Relatórios do IMR, por parte dos Fóruns, e das Notas Fiscais, por parte das contratadas.
- g) Na ocorrência de manutenção corretiva ou serviços não inclusos no valor mensal do contrato, o fiscal deverá verificar no mercado a compatibilidade do orçamento apresentado pela contratada, vez que a autorização dos serviços dependerá da verificação da vantajosidade pelo TRE.
- h) Fornecer à contratada os telefones de contato para acionamento em caso de violação das dependências.
- i) Atender aos chamados da contratada no casos de violação das dependências do Fórum e, se for o caso, acionar a área de segurança do TRE-PR.
- j) Receber e relacionar as peças substituídas pela contratada, a fim de proceder ao correto descarte, de acordo com procedimentos padronizados pelo TRE.
- k) **Orientar os servidores e funcionários que o BOTÃO DE PÂNICO somente poderá ser acionado quando necessário o acionamento da Polícia Militar.**
- l) Efetuar **UM TESTE QUINZENAL** de acionamento do alarme para verificação do funcionamento e do atendimento da contratada.
- m) Efetuar **UM TESTE QUINZENAL** de acionamento do botão de pânico para verificação do funcionamento e do atendimento da contratada. Antes de efetuar tal teste, ligar para a empresa para avisar que se trata apenas de um procedimento de verificação e que a empresa deverá ligar somente para o fórum após o recebimento do aviso de pânico, e que não há necessidade da contratada ligar para a Polícia Militar.

2.6.3 - Caberá aos gestores:

- a) Receber e atestar mensalmente a nota fiscal/fatura, por Fórum, dos serviços de monitoramento de alarme, junto com o Relatório de Falhas encaminhado pelo fiscal, de acordo com o prazo contratual, encaminhando-a ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento.
- b) Receber e atestar a nota fiscal/fatura referente à aquisição de equipamentos e/ou instalação do sistema de alarme após verificação do Termo de Recebimento Provisório e preenchimento do Termo de Recebimento Definitivo.
- c) A abertura de processo (PAD) de fiscalização do contrato, por item (região).
- d) Orientar os fiscais da contratação.
- e) Realizar os procedimentos necessários à prorrogação do contrato, de acordo com a lei nº 8666/93.
- f) Analisar e encaminhar as reivindicações da contratada relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros e outros.
- g) Adequar o objeto contratual, caso necessário.

- h) Se for o caso, criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Coordenadoria de Segurança, Transporte e Apoio Administrativo, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia da comunicação, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Do alarme monitorado:

- a) Configurar e programar o sistema de alarme com a central de monitoramento em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do Gestor contratual.
- b) Responsabilizar-se pelo funcionamento ininterrupto do sistema de alarme monitorado (todos os sensores em funcionamento), 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados.
- c) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do chamado, quando houver necessidade de substituição de peças.
- d) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 2 (duas) horas, a partir do chamado, quando NÃO houver necessidade de substituição de peças podendo ser realizada de forma online, se possível.
- e) Disponibilizar equipamento backup, com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento, caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da contratada. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.
- f) Efetuar manutenção preventiva, sem ônus adicional para a contratante, pelo menos uma vez por mês, podendo ser online, desde que informado ao fiscal antecipadamente.
- g) Fornecer o chip para monitoramento via GPRS, sem qualquer ônus adicional à contratante. Caso no município de prestação dos serviços seja inviável monitoramento via GPRS, a empresa deverá realizar o monitoramento via Rádio frequência, com o fornecimento em comodato de 01 (um) aparelho de Rádio frequência. Apenas em último caso realizar-se-á monitoramento via telefone, com as devidas explicações acerca da impossibilidade das vias de comunicação anteriores, a ser submetida formalmente à apreciação e autorização prévia do gestor do contrato.
- h) Informar ao gestor do contrato (seseg@tre-pr.jus.br), e aos respectivos fiscais nos Fóruns, os números dos telefones que serão utilizados pela empresa para o recebimento dos disparos dos alarmes, a fim de atender o item 2.3.7.
- i) Efetuar o atendimento, por meio do serviço de patrulhamento móvel, no prazo máximo de 15 (quinze) minutos após o acionamento do alarme e efetuar o registro da ronda/visita por meio do dispositivo utilizado pela contratada para este fim.
- j) **Contatar a polícia do local do Fórum e o servidor do cartório quando da constatação da violação das dependências monitoradas, imediatamente após a ocorrência.**
- k) Viabilizar a segurança das dependências monitoradas, em caso de violação, até a chegada do servidor ou da equipe de segurança do TRE-PR, o que deverá ocorrer em, no máximo, 8 (oito) horas após o acionamento.
- l) Reconfigurar o sistema para a nova operadora de telefonia dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o comunicado do Gestor do contrato.
- m) Disponibilizar ao fiscal uma senha que possibilite ativar, desativar, incluir e excluir usuários na central, no máximo até o primeiro dia útil seguinte à instalação do sistema.
- n) **Acionar, de imediato, a Polícia Militar da localidade do Fórum, quando do ACIONAMENTO DO BOTÃO DE PÂNICO.**
- o) **Durante o TESTE QUINZENAL DE ACIONAMENTO DO BOTÃO DE PÂNICO, ligar**

somente para o Fórum, e em hipótese alguma para a Polícia Militar.

3.2 - Dos relatórios gerenciais e outros:

- a) Enviar ao fiscal, por e-mail, relatório detalhado contendo usuário, data, hora e eventos, no prazo máximo de 02 (duas) hora após a solicitação.
- b) Enviar ao fiscal, por email, o relatório gerado pela manutenção preventiva, no prazo máximo de 02 (duas) hora após a solicitação.
- c) Enviar ao fiscal, por email, o relatório gerado pelo registro de ronda/visita, no prazo máximo de 02 (duas) hora após a solicitação.

3.3 - Do pessoal da contratada:

- a) Providenciar que os funcionários da contratada apresentem-se ao fiscal portando identificação, quando em serviço.
- b) Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento durante o atendimento de emergências ou na operação do sistema sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Serviço Público.
- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos provocados ao imóvel do contratante causados por imprudência ou imperícia na execução dos trabalhos pelos funcionários da contratada.
- d) Responsabilizar-se por todos os danos causados pela inadequada instalação do sistema de alarme.

3.4 - Do encerramento do contrato:

- a) Desprogramar o sistema de alarme de propriedade do TRE com a central de monitoramento até o primeiro dia útil após o encerramento do contrato.
- b) Desprogramar o acionamento backup (utilização da linha fixa do cartório) até o primeiro dia útil após o encerramento do contrato.
- c) Retirar os equipamentos que pertençam à contratada até o quinto dia útil após o encerramento do contrato.
- d) Na hipótese de a empresa não retirar os equipamentos de sua propriedade, dentro do prazo do item 3.4-c, a nova empresa contratada providenciará a retirada dos equipamentos, que ficarão guardados no Fórum por 30 (trinta) dias. Caso não sejam retirados neste prazo, a empresa fica ciente de que os equipamentos serão considerados “**equipamentos para o descarte**”, o que será providenciado pelo fiscal do contrato.

3.5 - Da sustentabilidade e da segurança no trabalho:

- a) A contratada deverá separar todo o lixo resultante das atividades, não deixando nenhum vestígio, para o descarte pelo TRE.
- b) A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- c) As peças substituídas de equipamentos de propriedade do TRE deverão ser entregues ao fiscal do contrato no respectivo Fórum Eleitoral.

3.6 - Das demais obrigações da contratada:

- a) Apresentar ao TRE-PR, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a emissão e o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços de instalação e manutenção junto ao CREA/PR.
- b) Manter em local visível placa indicativa de monitoramento 24h com o nome da empresa a partir do primeiro dia de funcionamento do sistema.
- c) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as

obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

- d) Responsabilizar-se pelas despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- e) Manter atualizados os telefones e e-mail para contato do fiscal e do gestor do contrato.
- f) Atender às solicitações do fiscal ou do gestor do contrato, as quais serão feitas, prioritariamente, por email e, na urgência, também por telefone. A data e hora (da ligação ou do e-mail) serão utilizadas para o computo dos prazos contidos no contrato.
- g) Eventualmente, caso haja mudança de imóvel, o serviço poderá ser prestado em outros prédios (próprios, cedidos ou alugados), porém, dentro do mesmo Município; e caso seja necessário, a contratada deverá desinstalar os equipamentos e instalar em outro local sem gerar ônus para a contratante.
- h) Eventualmente, caso haja ampliação de imóvel, poderá ser solicitada a instalação de novos pontos de monitoramento caso eles sejam necessários para manter a integridade do sistema de vigilância eletrônica do Fórum, com ônus para a contratante, exceto se for central de alarme locada.

4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - Da vistoria prévia:

4.1.1 - As proponentes poderão realizar vistoria prévia, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decidam não realizá-la.

4.1.2 - A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever as condições da contratação.

4.1.3 - A vistoria prévia deverá ser agendada em dia útil, no horário das 12:00 às 19:00, entrando em contato com o Chefe de Cartório do respectivo Fórum Eleitoral.

4.2 - Os interessados poderão habilitar-se em uma ou nas duas regiões e deverão atender a todos os municípios da região.

4.3 - Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Segurança deste TRE-PR, fone: (41) 3330-8892 e 3072-4850 – email **seseg@tre-pr.jus.br**

4.4 - Para a comunicação entre o contratante e a contratada, tais como envio de Relatório, envio de Notas Fiscais, envio de contestações e de quaisquer outros assuntos a serem tratados com relação ao contrato, será priorizado o email.